



DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ
CONSELHO SUPERIOR

ATA DA SEXTA SESSÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO SUPERIOR- DOIS MIL E DEZESSEIS

Ata da Sexta Reunião Ordinária do Egrégio Conselho Superior, realizada no dia seis de maio de dois mil e dezesseis, com início às dez horas, na sala de reuniões do décimo sexto andar.

1 Aos seis de maio de dois mil e dezesseis, com início às dez horas, na sala de reuniões do décimo
2 sexto andar da Defensoria Pública do Estado do Paraná, situada na Rua Cruz Machado, número
3 cinquenta e oito, realizou-se a **SEXTA REUNIÃO ORDINÁRIA DO EGRÉGIO CONSELHO**
4 **SUPERIOR DA DEFENSORIA PÚBLICA DO PARANÁ**, com a presença dos
5 Excelentíssimos Membros Natos: Presidente do Conselho Dr. Sérgio Roberto Rodrigues Parigot
6 de Souza, Subdefensor Público-Geral Dr. Eduardo Pião Ortiz Abraão, Corregedora-Geral Dra.
7 Vania Maria Forlin , Subcorregedor-Geral Newton Pereira Portes Junior e Ouvidor-Geral Gerson
8 da Silva. Presentes também os Excelentíssimos Membros Titulares: Dra. Andreza Lima de
9 Menezes e Dra. Monia Regina Damião Serafim. Dos membros suplentes, presente, conforme
10 convocação da Presidência, o Dr. Matheus Cavalcanti Munhoz e Dra. Natália Marcondes
11 Stephane, em razão do período de férias dos membros titulares. Presente também o membro
12 suplente Dr. Lauro Gondin Guimarães por solicitação direta do membro Titular. Da Associação
13 dos Defensores Públicos do Estado do Paraná – ADEPAR, presente a Dra. Livia Martins Salomão
14 Brodbeck. **EXPEDIENTE – I)** Cumprimentando a todos o Presidente abriu a sessão, fez a
15 conferência do quórum e instalou a reunião. **II)** – Foram aprovadas e assinadas as atas da quinta
16 reunião ordinária e segunda e terceira extraordinária. **III)** – Primeiramente o Presidente informou
17 que recebeu a pouco algumas solicitações de inclusão de temas para esta sessão mas deixou claro
18 que solicitações devem ser encaminhadas com antecedência, salvo casos urgentes, e que não
19 incluirá essas solicitações pois devem seguir os trâmites normais conforme regimento do
20 Conselho. O presidente informou os protocolos distribuídos, sendo: Ao Dr. Nicholas o protocolado
21 quatorze, zero quarenta e nove, quatrocentos e oitenta e dois, oito, relativo a portaria três de dois
22 mil e dezesseis que divide a coordenação de Cascavel em duas sub-coordenadorias. A Dra. Vânia
23 o protocolado quatorze, zero cinquenta e seis, duzentos e sessenta e quatro, cinco, relativo a
24 consulta sobre a criação de novos ofícios com atribuições específicas e, também à Dra. Vania,
25 como compensação, o protocolado quatorze, zero cinquenta, zero cinquenta, zero que solicita a
26 designação de Defensor Público agrário. Após, informou novas distribuições, entregando os
27 respectivos processos a cada relator. Foi distribuído a Dra. Andreza a avaliação de estágio
28 probatório do servidor Gunther Furtado, sob protocolo número quatorze, zero cinquenta e oito,
29 quatrocentos e treze, quatro. Ao Dr. Eduardo foi distribuído a avaliação de estágio probatório de
30 Mariana Bittencourt de Oliveira sob o número de protocolo quatorze, zero cinquenta e oito,
31 quatrocentos e cinco, três. Ao Dr. Erick a avaliação de Mauricio Neves Mauricio, na ocasião,
32 entregue a suplente Dra. Natália, sob número quatorze, zero cinquenta e oito, quatrocentos e
33 dezesseis, nove. Ao Dr. Henrique foi distribuído a avaliação de Andréia Lúcia Colovini, sob o



**DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ
CONSELHO SUPERIOR**

34 protocolado quatorze, zero cinquenta e oito, quatrocentos oito, oito e, a Dra. Monia, a avaliação
35 de Elisângela Mann sob o protocolado quatorze, zero cinquenta e oito, quatrocentos e dez, zero.
36 **IV) –** Inscrita ao momento aberto a Conselheira Estadual de Direitos humanos Daniela Möller. **V)**
37 **A-** Dr. Sérgio comunicou sobre os projetos aprovados pela Assembléia Legislativa do Paraná-
38 ALEP, de numeração setenta e seis e setenta e sete de dois mil e dezesseis, e sobre o projeto dois
39 de dois mil e dezesseis que foi vetado. O Dr. Eduardo também falou sobre os três projetos e de
40 todos os andamentos feitos em relação a eles. Em seguida o chefe de gabinete, Dr. Paulo Cinquetti,
41 pediu a palavra para apresentar a todos o pedido, formulado pela Defensora Pública Luciana
42 Tramuja Azevedo Bueno, de redesignação de atribuição titularizada perante a décima quarta
43 Defensoria Pública de Cascavel, com atribuição para atender às demandas do Tribunal do Júri. A
44 Defensora sugeriu a redesignação para a décima sexta Defensoria Pública de Cascavel com
45 atribuição para atender as Varas de Família e anexos, em acumulação com a vigésima segunda
46 Defensoria Pública de Cascavel com atribuição para atender o Juizado de Violência Doméstica e
47 Familiar contra a Mulher, Vara de Crimes contra Crianças, Adolescentes, Idosos. O chefe de
48 gabinete fez os esclarecimentos necessários, e, após debate, foi aberta votação e ficou decidido,
49 por maioria, que a décima quarta Defensoria Pública de Cascavel também deve atender às demais
50 varas durante a primeira fase dos processos de crimes dolosos contra a vida. Com esta decisão,
51 não foi possível atender ao pedido da Defensora. O Conselho entendeu que a décima quarta
52 Defensoria que atende às demandas do tribunal do Juri, compreende todas as fases dos processos
53 do júri, inclusive quando tramitarem perante os demais juízos criminais, ao menos enquanto não
54 houver Defensores designados para atuar perante as demais Varas. Somente os Drs. Newton e
55 Lauro votaram contrariamente a esta decisão. A Presidência passou a palavra a Conselheira
56 Daniela que agradeceu em nome das entidades a receptividade do Defensor Público-Geral na
57 reunião ocorrida no dia cinco de maio deste ano da Defensoria. Ressaltou que os grupos sabem
58 das dificuldades que a Defensoria enfrenta e que a continuidade do trabalho depende de orçamento.
59 Ressaltou que a luta dos grupos é pelo fortalecimento da Instituição, e procuram encontrar
60 melhorias em conjunto. O presidente, Dr. Eduardo, agradeceu a conselheira e a todos os presentes
61 na reunião ressaltando também a importância do trabalho em conjunto. O ouvidor opinou que no
62 processo de expansão de atendimento, os pleitos da sociedade devem ser ouvidos e que deve ser
63 permitido aos movimentos o acesso ao projeto de alteração legislativa, a exemplo do que ocorreu
64 quando a Lei foi criada, onde foram feitas audiências públicas. Opinou também que a sociedade
65 pode auxiliar na construção do núcleo. O ouvidor informou que os movimentos vão encaminhar a
66 ALEP e ao governo, um documento em relação ao orçamento da Defensoria, para que seja
67 possibilitado a criação de áreas necessárias de atendimento. No sentido também de que haja
68 concurso Público para a carreira de Defensor, pois com número atual é impossível atender a todas
69 as áreas. O Ouvidor também agradeceu pela reunião com a Defensoria Pública-Geral destacando
70 os grupos que estiveram presentes, como por exemplo: grupo sem-terra, grupo sem teto, terra de
71 direitos, movimento nacional de população de rua, pastoral de londrina, Conselho Regional de
72 Serviço Social- CRESS e Conselho Regional de Psicologia -CRP. O Dr. Matheus solicitou a
73 inclusão em pauta, em caráter de urgência, da necessidade de alteração da Deliberação cinco de
74 dois mil e treze, que trata da instituição da identidade funcional dos Defensores Públicos do Estado
75 do Paraná. A necessidade de alteração se dá, pois, a funcional dos membros está sendo feita através
76 da Casa da moeda e existe o padrão de seis números mais um dígito, e a numeração atual contém



DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ
CONSELHO SUPERIOR

77 quatro números. Todos os Conselheiros concordaram com a inclusão em pauta. O subcorregedor,
78 Dr. Newton, informou que nas correições realizadas verificou-se que os atendimentos são
79 realizados de forma diferente em cada sede, e isso dificulta na forma de avaliar, por isso entende
80 que é necessário ter um padrão de atendimento. Após debate, o conselho decidiu pela formação de
81 uma comissão que fará a padronização de atendimento. Essa comissão deverá ser composta por
82 representante de cada grupo de Cidades. Sendo um das cidades de Cascavel, Foz do Iguaçu e
83 Francisco Beltrão. Um das Cidades de Umuarama, Maringá, Cianorte e Campo Mourão. Um de
84 Londrina, Apucarana e Cornélio Procópio. Um de Ponta Grossa, Castro e Guarapuava. Um da
85 Região Metropolitana de Curitiba e Litoral e, um de Curitiba. A comissão será presidida pelo
86 coordenador do Centro de Atendimento Multidisciplinar Dr. Marcelo. O prazo para inscrições será
87 de dez dias e a comissão, após a publicação da composição, terá o prazo de noventa dias para
88 apresentar o trabalho. A presidência informou a todos sobre o pedido de prorrogação de posse de
89 **José Rodolfo Riato Torres**. A decisão de prorrogar foi “ad referendum” pois não havia tempo
90 hábil para levar em sessão. Todos os conselheiros concordaram que a prorrogação. Em seguida,
91 foram apresentados dois pedidos de prorrogação de posse para decisão do colegiado, sendo das
92 nomeadas Daiana Gottardo de Meira e Nayra Borges de Almeida. As prorrogações, por vinte dias,
93 foram, deferidas. Em seguimento, a presidência apresentou quais os membros que manifestaram
94 interesse em compor o conselho da Escola da Defensoria. Os interessados foram os Drs. Carlos
95 Augusto Silva Moreira Lima, Henrique de Almeida Freire Gonçalves e Vitor Eduardo Tavares de
96 Oliveira. Os Conselheiros avaliaram os currículos dos interessados e aberto a votação, os(as)
97 Drs(as). Matheus, Eduardo e Natália votaram no Dr. Carlos; os (as) Drs (as). Andreza, Monia e
98 Lauro votaram no Dr. Vitor e não houve voto ao Dr. Henrique. Em razão do empate entre os Drs.
99 Carlos e Vitor, ficou decidido, pelo voto de qualidade da Presidência, a indicação do Defensor
100 Público Dr. Carlos. **B)** A sessão contém três itens em pauta, que são: **UM:** Diretrizes quanto ao
101 atendimento à pessoa jurídica. **DOIS:** Regulamentação de fiscalização e gestão de contratos.
102 **TRES:** Distribuição dos servidores em estágio probatório. A pedido da Dra. Andreza, a ordem da
103 pauta foi alterada e primeiramente será analisada a regulamentação de fiscalização e gestão de
104 contratos, qual seja, o item **DOIS** da pauta. A relatora informou sobre a distribuição e fez uma
105 breve introdução do tema. Em seguida passou a palavra a agente de controle interno, Silvia
106 Pamplona, para esclarecer o tema e a necessidade. A agente informou que a função de fiscalizar
107 contratos hoje é exercida de forma cumulativa pelos servidores e não é o ideal. Ressaltou as
108 responsabilidades do fiscal e do gestor verificadas após diversas pesquisas com demais setores da
109 Defensoria, e dadas as necessidades dessas funções, encaminhou a proposta de minuta ao Conselho
110 para possível regulamentação. A minuta constou quais as funções do gestor e fiscal de contratos,
111 a forma de designação dos profissionais e as funções privativas do titular do órgão visando não
112 haver confusão com as atividades de gestão e de fiscalização de contratos. A minuta se ateve a
113 explicações gerais, foi aprovada e levará a numeração quinze de dois mil e dezesseis. **UM:** A Dra.
114 Vânia informou a todos sobre os andamentos e análises anteriores do tema e iniciou a leitura. Nas
115 disposições gerais consta em minuta, aqueles que podem ser atendidos pela Defensoria, ou seja, a
116 entidade civil regularmente constituída, de finalidade não lucrativa; a cooperativa de trabalho
117 constituída por trabalhadores para o exercício de suas atividades laborativas ou profissionais com
118 proveito comum, autonomia e autogestão para obterem melhor qualificação, renda, situação
119 socioeconômica e condições gerais de trabalho, nos termos da Lei doze mil seiscentos e noventa,



DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ
CONSELHO SUPERIOR

120 de dezenove de julho de dois mil e doze e; pessoa jurídica, com fins lucrativos, que esteja
121 impossibilitada de arcar com a contratação de advogados que a representem judicialmente sem
122 comprometer a existência da entidade. Todos esses podem ser atendidos, desde que atendam as
123 condições estabelecidas para comprovação de que não dispõe de recursos financeiros para a
124 contratação de advogados. A minuta de deliberação consta também quais os procedimentos para a
125 demonstração da necessidade, ou seja, documentos necessários para comprovação da necessidade
126 de assistência jurídica gratuita. Nos artigos que tratam da decisão de deferimento da assistência,
127 consta que o Defensor Público poderá determinar a apresentação de documentação comprobatória
128 da necessidade econômica, em caso de omissão no atendimento inicial, no prazo de cinco dias
129 contados do momento do atendimento inicial ou da juntada de documentos em atendimento à
130 intimação prevista. Caso esse prazo não seja cumprido, implica no indeferimento. O tema foi
131 finalizado e a Deliberação constará com a numeração dezesseis. **TRES:** Primeiramente foi
132 avaliado as quantidades de avaliações que cada relator da Comissão de estágio probatório está.
133 Após, iniciou-se o sorteio. Ao **Dr. Fernando** foram distribuídos os nomes dos (as) servidores (as):
134 Adolfo Juir Júnir, Sara de Jesus Araújo e Monica Prudente de Moraes. Ao **Dr. Alex:** Anna Paula
135 Ristau de Bastos. Ao **Dr. Renan:** Bruno Cordeiro e Kelly da Rocha Vieira. Ao **Dr. Luiz Felipe:**
136 Flávia Yuri Yamazaki e Tobias Vieira Paim. A **Dra. Anna Carla:** Mariana Araújo Levoratto e
137 João Augusto Pinto Lima. A **Dra. Elisabete:** Eduardo José Ramalho Stroparo e Marcos Paulo
138 Pontes. A **Dra. Adriana:** Grazielle Ganhão e Caroline Gonçalves Ulbrich. A **Dra. Martina:**
139 Larissa Michele Fernandes de Assunção e Fernando Rudolf Wienbeck. Ao **Dr. Vitor:** Juliana
140 Bittencourt Fernandes e Emilia Tocie Fujiwara. Ao **Dr. Raphael:** Bruna Pastório Saes Lugnani e
141 Leandro Ferreira. Ao **Dr. Mauricio:** Tamires Caroline de Oliveira. A **Dra. Nize:** Taísa da Motta
142 Oliveira e, ao **Dr. Henrique de Almeida:** Camylla Basso Franke Meneguzzo. **C) - O**
143 **encerramento da Sessão:** A presidência encerrou a reunião, e para constar, eu, Roseni Barboza
144 S. Possani, Secretária do Conselho Superior, lavrei a presente ata que, se aprovada, vai assinada
145 por mim _____, pelo Presidente e por todos os presentes. Curitiba, seis de maio de
146 dois mil e dezesseis.

Sérgio Roberto R. Parigot de Souza

Eduardo Pião Ortiz Abraão

Vânia Maria Forlin

Newton Pereira Portes Junior

Gerson da Silva

Andreza Lima de Menezes



**DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ
CONSELHO SUPERIOR**

Monia Regina Damião Serafim

Dr. Matheus Cavalcanti Munhoz

Natália Marcondes Stephane

Lauro Gondin Guimarães

Lívia Martins Salomão Brodbeck